



DESENVOLVIMENTO
E MEIO AMBIENTE

SISTEMA
ELETRÔNICO
DE REVISTAS
SER | UFPR

www.ser.ufpr.br

As ruralidades nas políticas globais¹

Les ruralités dans les politiques globales

The Ruralities in Global Policies

Marc MORMONT*

¹ Universidade de Liège, Bélgica.

* E-mail de contato: mmormont@ulg.ac.be

Artigo recebido em 20 de fevereiro de 2015, versão final aceita em 24 de agosto de 2015.

RESUMO

Este artigo propõe uma leitura ao mesmo tempo teórica e histórica das transformações contemporâneas da ruralidade baseando-se na experiência específica das ruralidades do oeste europeu. A própria noção de rural é um construto histórico que se elaborou no encontro entre o referencial da modernização e as realidades dos mundos camponeses: é um compromisso tanto político como cultural que dá um estatuto aos mundos rurais e lhes designa um lugar na modernidade no que se refere aos bens públicos. Atualmente, o referencial dominante da competição mercantil deve também integrar compromissos com os bens públicos, especialmente ambientais: isto se traduz hoje em múltiplos dispositivos de gestão que concernem às políticas da vida e que formatam novas ruralidades, tratadas aqui como diferentes regimes da relação entre globalização e espaços rurais. São tais dispositivos concretos que devem ser questionados pelas ciências sociais em função das desigualdades e exclusões que podem produzir.

Palavras-chave: globalização; meio ambiente; ruralidades; ciências sociais.

RÉSUMÉ

Cet article propose une lecture à la fois théorique et historique des transformations contemporaines de la ruralité en se basant sur l'expérience spécifique des ruralités ouest-européennes. La notion même de rural est un construit historique qui s'est élaboré à la rencontre entre le référentiel de la modernisation et les réalités des mondes paysans : c'est un compromis à la fois politique et culturel qui donne un statut aux mondes ruraux tout en leur assignant une place dans la modernité en référence à des biens publics. Aujourd'hui le référentiel dominant de la compétition marchande doit aussi élaborer des compromis avec les biens publics spécialement environnementaux ; ceci se traduit aujourd'hui dans une multitude de dispositifs de gestion qui concernent le vivant et qui mettent en forme de nouvelles ruralités, traitées ici comme différents régimes de relation entre globalisation et espaces ruraux, et ce sont ces dispositifs concrets qui doivent être interrogés par les sciences sociales pour les inégalités et les exclusions qu'ils peuvent produire.

¹ Texto apresentado inicialmente como conferência de abertura do VI Encontro da Rede de Estudos Rurais – Desigualdade, exclusão e conflitos nos espaços rurais, realizado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em Campinas, de 2 a 5 de setembro de 2014 e traduzido para o português especialmente para publicação nesta revista.

Mots clés: globalization; environnement; ruralité; sciences sociales.

ABSTRACT This paper aims at providing a scheme, theoretical and historical as well, of contemporaneous changes of rural societies by referring to the specific experience of west-European countries. This concept of rural – that opened the field of rural sociology – can be seen as an historical construction: it was elaborated by hybridizing the model of modernisation and the disappearing peasant worlds; it was actually a political and cultural compromise that gave a place to rural populations in the modernity mainly in reference to public goods. Today the dominant paradigm is one of market competition but it must also be articulated to public goods especially environmental goods at the global level. This is an on-going process that leads to a great variety of policies, rules, organisations (*dispositives*) that concern life (from animal to global change) and contribute to define new ruralities. Resulting regimes of rurality, as configurations of relations between global processes and territories, are briefly described. These *dispositives* have to be analysed by social sciences especially in order to understand the new inequalities and exclusions of this globalised world.

Keywords: globalization; environment; rurality; social sciences.

1. Introdução

Como introdução a este artigo, é necessário demarcar de onde o autor fala para situar os limites de sua análise. Sociólogo rural e das questões de meio ambiente, sua experiência é amplamente europeia, apesar de ter tido a oportunidade de conhecer algumas sociedades do Sul, principalmente da África, o que atribui a sua trajetória uma perspectiva particular. Mais do que tentar tecer um discurso geral, com pretensão universal, partiu-se dessa experiência teorizada para dela extrair um modelo que não tem nada de universal. Assim, serão propostos neste estudo um ponto de vista e uma análise particulares. Cabe lembrar, entretanto, que o Norte e o Sul compartilham o mesmo contexto de políticas globalizadas, o que está justamente no âmago das questões discutidas aqui. A perspectiva que norteará este debate não será a das desigualdades e exclusões. Não dispomos de referências claras e únicas que nos permitam falar de maneira geral das desigualdades e das exclusões. No entanto, o artigo tentará mostrar como as dinâmicas nas quais estamos inseridos implicam novas desigualdades e novas exclusões. A hipótese central é que os conflitos

serão cada vez mais ligados aos efeitos dos dispositivos criados para redefinir o estatuto, as funções dos espaços rurais – dispositivos decorrentes de políticas internacionais que tentam harmonizar um referencial dominante de competição mercantil com os bens públicos -tais como os ambientais, entre outros- que resistem a essa nova ordem mercantil.

2. Observação introdutória sobre a noção de rural

Parte-se aqui do ponto de vista de que o rural é uma construção histórica com dupla significação. É bem evidente que as regiões/populações rurais só são o que são – material, biológica, socialmente, etc. - graças ao lugar que elas ocupam em sistemas socioeconômicos mais amplos; mas não se trata unicamente disso. Trata-se do modo pelo qual são categorizados e caracterizados esses espaços/populações/atividades e de quais critérios e indicadores são levados em consideração.

A concepção de base (Mormont, 1990) da trajetória europeia defende que o rural foi criado como categoria, e como problema, para pensar e regular o desaparecimento das “sociedades camponesas”² nos países desenvolvidos

²A própria noção de sociedades camponesas (Mendras, 1976) é uma categoria que foi produzida quase retrospectivamente para pensar sobre o que se opunha à modernização, o que ela fazia desaparecer. Esta noção é então um subproduto histórico da modernidade que engloba, em um tipo ideal muito generalizador, uma miríade de formas sociais pré-capitalistas, dando a ilusão de uma realidade homogênea. Para essa discussão ver Jollivet (2003).

no âmbito do desenvolvimento industrial e da modernidade. Essa definição do rural não nega as especificidades dos espaços rurais (Bell *et al.*, 2010), mas questiona como cada sociedade lida com elas .

3. A experiência histórica

O estatuto/a definição do rural passou por numerosas fases na Europa desde meados do século XIX. Nem o liberalismo nem o socialismo conseguiram propor um modelo agrário que se impusesse ou que fosse aceitável. No entanto, cada época adotou uma determinada definição do rural. Para explicitar esse caráter histórico, recorreu-se ao conceito de referencial (Muller, 2000a), termo que designa um complexo de crenças, de valores, de normas e de conhecimentos que constituem a referência sobre o rural. Tal referência engloba o tipo de ação pública que lhe foi inerente. Após a Segunda Guerra Mundial, a construção europeia do rural se deu basicamente a partir de um paradigma de modernização (Muller, 2000b). Tomando como referência implícita o modelo americano (USA), tratava-se de tornar mais eficaz a organização econômica e social da agricultura. Além disso, também estava em questão promover modelos de organização que incorporassem conhecimentos científicos e técnicos, modelos que prometiam eliminar as disparidades sociais e concorrências que alimentaram os conflitos do passado.

Essa ação pública europeia, embora não restrita à agricultura,³ se centralizou principalmente nela: o imperativo do referencial era construir uma economia agrícola eficaz que integrasse as técnicas novas, as formas de organização industrial de produção e distribuição, liberando também uma mão de obra necessária ao desenvolvimento de cidades industriais. A promessa era também fazer da agricultura uma atividade que assegurasse aos produtores uma renda comparável a dos outros setores, incluindo-os na modernidade social. Priorizar a modernização se traduziu numa política agrícola unifi-

cada (logo de caráter nacional) que iria produzir efeitos fantásticos e rápidos de desenvolvimentos da produção. Essa dinâmica é evidentemente facilitada por um crescimento econômico inédito que permitiu absorver a mão de obra e que suscitou uma demanda crescente por parte das cidades e das regiões industriais.

Esse modelo modernizador, entretanto, não foi aceito espontaneamente pelas regiões rurais e por seus habitantes. As populações camponesas, ligadas às suas terras, aos seus modos de produção e de vida, não queriam se reduzir a assalariados de grandes empresas.

Vai ocorrer então um compromisso ao mesmo tempo agrícola e rural, sem dúvida específico em cada estado-nação da Europa, mas cujos traços comuns vão redefinir a agricultura a partir do modelo da agricultura familiar moderna. Além disso, o espaço rural será redefinido não só como espaço produtivo, mas também será associado a serviços para as populações urbanas (acesso aos lazeres, ao turismo nascente).

Esse compromisso se tornou possível pela tomada de consciência do que se chama hoje “bens públicos” (segurança alimentar, saúde, educação, coesão social), que tornaram útil o amparo das populações rurais pelas sociedades nacionais. Intervém especialmente nesse compromisso o potencial que o rural comporta para instaurar uma paz social: o rural é mobilizado também como recurso simbólico para pensar/agir sobre uma sociedade pensada como pacífica (pequena propriedade, interconhecimento, solidariedade, etc.). Assim, alimenta um imaginário poderoso que transforma o rural em uma categoria de pensamento do mundo social (Mormont, 1996a).

É necessário insistirmos no seguinte ponto: o processo de integração das sociedades rurais não foi unicamente um processo de assimilação cultural, de socialização para a modernidade. Em poucas palavras, modernizar o campo foi também ruralizar a modernidade. Esse processo se deu através da elaboração de uma representação idealizada (chamada rural) que hibridizava a modernidade e nela introduzia personagens e valores,

³Essa será por muito tempo a principal política europeia, marcada por um caráter nitidamente estatal, ou seja, de intervenção voluntarista do Estado para dirigir um setor.

especialmente de coexistência, de sentido de compromisso, que são incorporados a ela. Veremos adiante que, atualmente, integrar as etnoculturas (culturas autóctones) é também tornar a modernidade étnica, elaborando figuras específicas.

4. *Como tal compromisso se deu?*

Esse compromisso se traduziu em dispositivos múltiplos da Política Agrícola Comum (PACs) e de políticas regionais. Alguns exemplos: as regiões com problemas estruturais (para considerar áreas menos produtivas); as ajudas ao financiamento (reservadas aos produtores em tempo integral, únicos levados em conta nas estatísticas); a definição de catálogos de sementes (que vão homogeneizar as produções, ampliar os mercados, mas também eliminar produções assim como especificidades e saberes); a definição da unidade de produção familiar (em tempo integral). Todos esses dispositivos⁴ se apresentam como instrumentos aparentemente técnicos, mas carregam escolhas políticas e sociais. Por exemplo, os dispositivos de auxílio à modernização são auxílios ao investimento produtivo concedidos aos produtores familiares. Mas quem é o produtor que pode obter uma subvenção? Claro, é um produtor em tempo integral. Os trabalhadores em tempo parcial são política e estatisticamente excluídos... Vê-se claramente aqui o efeito de um dispositivo que reconfigura, torna visível ou invisível, propõe/impõe um modelo... A política econômica se torna também política social (especialmente com o estatuto dos/das ajudantes que atribui um estatuto híbrido às mulheres). Esse compromisso preserva para os produtores rurais a ideia de independência, de propriedade da terra, de modo de vida centrada na família, mas ao preço de duas concessões: de um lado, um esforço de modernização técnica (no sentido amplo); de outro, a aceitação de uma redução dessa população agrícola.

Esse compromisso histórico redefine antes de mais nada as identidades rurais em torno das unidades de produção familiar, considerando-as como identida-

des “agrícolas” e não mais camponesas. Aimenta uma construção de identidades profissionais híbridas que, por sua vez, dão lugar a organizações mediadoras e a elites agrícolas e locais. A **conflitualidade agrícola e rural torna-se amplamente setorizada** nos debates no interior da profissão e entre as organizações sindicais e o Estado.

5. *As ciências sociais e o rural*

Vamos mencionar rapidamente algumas questões das ciências sociais do rural; em particular, da sociologia rural. A sociologia rural (e as ciências sociais rurais em geral) se constitui em três eixos paralelos:

- uma sociologia da integração, da difusão das técnicas, da transformação das identidades (Mendras, 1976) que desemboca na constatação do desaparecimento das especificidades rurais. É uma sociologia que visa a facilitar a mudança, que a acompanha e a alimenta de conhecimento;
- uma sociologia dos modos de vida (mais modernista e culturalista) que constata o apagamento das diferenças culturais e a integração das zonas rurais em uma cultura urbana generalizada (Rambaud, 1974);
- Essas duas sociologias tendem a consagrar a ideia do desaparecimento do mundo rural, sua diluição na sociedade moderna.
- uma sociologia das resistências à modernização (Servolin, 1989) e da pesquisa de alternativas que se interessa pelas transformações do campesinato pela pluriatividade, pela valorização dos produtos locais, pela diversidade do rural e pela incorporação das preocupações ambientais (Mathieu & Jollivet, 1989). São ciências sociais críticas que reafirmam a distância entre o referencial e o real, distância que deixa em aberto a questão de outros futuros possíveis. Elas se apóiam em pesquisas que dizem respeito prioritariamente às margens

⁴Sobre a noção de dispositivo ver Mormont (1996b).

espaciais e sociais (regiões menos favorecidas, sistemas de produção marginais, populações e regiões com fortes especificidades como as regiões montanhosas). Essa sociologia se alimenta de novas diversidades que o processo de modernização cria dentro e entre os espaços rurais.

6. A “grande transformação”

É preciso não esquecer as condições de realização dessa “grande transformação” (Allaire & Boyer, 1995). Quais fatores tornaram possível esta gigantesca mutação?

- o recurso às energias fósseis e à mecanização;
- o desenvolvimento técnico (adubos químicos, agrotóxicos, novas variedades);
- o crescimento econômico geral e as trocas internacionais.

Todos esses processos tendem a **desterritorializar**, isto é, cortar e reduzir os vínculos com a materialidade das terras, com os processos biológicos “naturais”, com as trocas locais, com as culturas específicas para constituir conjuntos sociotécnicos transponíveis, deslocáveis, ou seja, universalizáveis.

Evidentemente, as ideologias não apenas jamais realizam todas as suas promessas, mas têm também conseqüências inesperadas. Dinâmicas não previstas emergem e, às vezes, invertem as promessas:

- primeiramente, o próprio uso de energias fósseis em automóveis vai contribuir para a recuperação dos espaços rurais como espaços de residência. Nesse cenário em que o espaço rural tornou-se um conjunto de amenidades para residentes, emerge uma nova conflitualidade territorial (em torno de bens públicos locais e nacionais): as questões de meio ambiente aparecem neste novo palco social (Mormont, 1983; Mormont & Bertrand, 2000);

- liberalização progressiva da política agrícola exitosa de modernização, com a redução progressiva das ajudas à agricultura familiar moderna, o que desencadeou um desvio para um modelo “empresarial” de agricultura. Isso reativa em alguns momentos uma conflitualidade agrícola (neo-rurais, regiões marginais). Essa liberação progressiva implicou em muitas outras formas de hibridações que foram objeto de reflexão da sociologia rural (francesa)⁵ mencionada acima;
- as crises ambiental e sanitária como “conseqüências laterais” da tecnização dos sistemas agrícolas.

Se resumirmos o esquema teórico proposto, destaca-se, em primeiro lugar, o referencial de política- mistura de crenças, de promessas, mas também de normas e de conhecimentos. O referencial não se resume à ideologia e a discurso, ele se traduz por dispositivos concretos que delimitam as ações, estimulam-nas, incitam-nas. O referencial produz também categorias de percepção tanto do mundo social quanto do mundo natural. O referencial global, entretanto, não se impõe como tal, ele deve acomodar-se à diversidade dos mundos reais ao qual ele se direciona e que a ele resistem. Por isso, ele elabora compromissos com os mundos e também novas categorias intermediárias que permitem os conciliar com suas ambições. Os conflitos são múltiplos: resistência e oposição aos modelos propostos, rivalidades para acessar aos benefícios do modelo, etc. Esse trabalho de harmonização conflitual passa por dispositivos como os sistemas de crédito que orientam a ação dos produtores, mas ao mesmo tempo os categoriza, lhes dá uma nova identidade. Nesse processo, alguns resistem, outros são marginalizados, alguns desaparecem, outros se adaptam em sistemas híbridos (as produções AOP, a agricultura biológica). Novas identidades aparecem nessas configurações. A construção de novas entidades (os produtores agrícolas,

⁵ Isto indica claramente que a sociologia rural francesa se posicionou- ao contrário de sociólogos neerlandeses ou alemães- majoritariamente contra o processo de modernização ou manteve distância deste processo para estudar as margens, as resistências, as recomposições.

o mundo rural, as regiões com dificuldades) torna o mundo governável porque elas são objetos de conhecimento (conhecíveis) e objetos de ação (praticáveis).

7. *Novas ruralidades?*

7.1. *O referencial dominante*

Não é original constatar que o referencial dominante atualmente é a competição mercantil internacional. A globalização, no sentido de comércio internacional, não é nova, mas ela é também uma dinâmica de concorrência de espaços, de atividades e de domínio crescente sobre os recursos. Os Estados se tornam gerenciais, empresas. Esse referencial global tende a invadir todas as esferas (inclusive a dos serviços). Ele é acompanhado pela difusão de tecnologias novas, especialmente de tecnologias referentes à vida em geral. O conteúdo desse referencial dominante é cognitivo (o mercado é o único mecanismo de progresso e o Estado é um freio, que conseqüentemente se deve ajustar, liberalizar; a natureza é um recurso, mas é também normativo (inovar é imperativo, a vida é objeto de direito de propriedade, etc.). Ele é também promessa de uma universalização da prosperidade a partir do modelo ocidental (consumista, individualizante). Além disso, ele encontra em algumas instituições internacionais os vetores de seu desenvolvimento, ao mesmo tempo em que aparecem, em contraponto, atores globais tanto na esfera financeira como na sociedade civil (ONG).

Na ótica do referencial de competição mercantil, os espaços rurais ocupam uma posição ambígua: eles são ao mesmo tempo reserva plena (de recursos múltiplos, de mão de obra, até de culturas “mercantilizáveis”) e reserva vazia (falta de técnicas, de organização, de culturas, de projetos, etc.).

7.2. *As resistências e as políticas*

O segundo elemento crucial advém do que se pode chamar de crise ecológica, se a compreendermos não somente como questões de proteção da natureza, mas, em um sentido mais amplo, como o questionamento da viabilidade dos modos de desenvolvimento. Com efeito, despontam resistências ou preocupações: retorno enviesado da natureza sob a forma parcial da proteção/conservação das espécies⁶, crise potencial de recursos (energéticos), crise sanitária e rejeição de certas tecnologias, crise climática. A originalidade dessa crise é que ela se produz ao mesmo tempo localmente (através de uma série de oposições locais) e globalmente. Isso se dá de forma ampla em um cenário internacional com o pronunciado fortalecimento de grandes ONGs. Conseqüentemente, emergem as políticas internacionais da biodiversidade ou da energia com novos atores “globais”, novas alianças (ONGs/empresas) e múltiplos projetos. É aqui, com a emergência de atores que transcendem os Estados, que se pode falar de globalização e, com ela, de “bens públicos globais”, planetários, como a biodiversidade ou a mudança climática que se tornam os parâmetros cognitivos/normativos da redefinição ou das redefinições da ação pública.

7.3. *Qual natureza?*

O que está por trás da concepção da natureza que sustenta a ação de grandes ONGs internacionais merece ser interrogado. Mesmo se elas se apoiam e se legitimam em ameaças reais, portanto em um discurso do risco global, caracterizam-se também por uma concepção muito ocidental da separação radical do ser humano e da natureza. A natureza assim instaurada é formada por múltiplas entidades que compõem o mundo natural

⁶ Este processo não é novo (Mormont, 1987), mas ganha um novo significado no contexto da globalização ecológica (Mormont, 2009).

(ponto de vista legítimo das ciências naturais) como se esse fosse independente do homem e, por conseguinte, como se a sua preservação (ponto de vista política e normativo) só pudesse constituir-se com o afastamento do homem ou então submetendo a atividade humana à sua manutenção. Essa sacralização da natureza – traduzida muita das vezes na referência a espécies ou a espaços emblemáticos – desemboca numa simples tolerância das atividades humanas. Apesar de as evoluções recentes da ecologia deixarem entrever a ideia de uma ecologia evolutiva, cujos critérios associam diversidade e evolução dos ecossistemas, o paradigma dominante das políticas internacionais e das grandes ONGs continua sendo a preservação de uma natureza estática e a submissão do homem à natureza “globalizada”.

Por outro lado, visões utilitaristas podem muito bem se articular com esses imperativos de proteção ou se esconder atrás deles: é particularmente o caso dos interesses pelos recursos genéticos ou pelo financiamento do sequestro de carbono nas florestas.

O que está em jogo nessas políticas (biodiversidades, clima) é uma política ou políticas da vida, mas de um vida que se estende à totalidade do planeta e à totalidade dos seres vivos não humanos que povoam o mundo. Essa ou outras políticas tratam, ao mesmo tempo, da sobrevivência de uma humanidade (como risco ou como ameaça) e da sobrevivência das múltiplas formas de vida que tornam possível essa humanidade. Atualmente, o mito é talvez menos um progresso indefinido do que uma homeostasia na mudança.

7.4. *Os compromissos*

Todavia, não se pode limitar-se a uma análise crítica dos paradigmas dominantes. A pesquisa deve também desconstruir a maneira pela qual esses paradigmas se traduzem concretamente em compromissos e transações precisas.

Os compromissos criados são múltiplos e geralmente se inserem na categoria do desenvolvimento durável e da participação. Para mim, esse conceito de desenvolvimento durável é mais retórico do que realmente operacional. É preciso se interessar mais pelos

dispositivos e pelos instrumentos que emergem desse espaço impreciso das “políticas internacionais”.

7.5. *Quais dispositivos?*

O que está em questão aqui e merece toda atenção de nós, pesquisadores, são os dispositivos cognitivos e normativos que buscam traduzir esses compromissos em políticas e instrumentos de governo. Dispositivos cognitivos: como, por exemplo, são caracterizadas as formas de biodiversidade? Em termos de natureza selvagem ou em termos de natureza doméstica que leva em conta os usos? Em termos de espécies ameaçadas ou emblemáticas ou em termos de ecossistemas evolutivos? Como são caracterizados os saberes locais aos quais se quer dar espaço? Toma-se como referência saberes científicos legítimos ou práticos e as culturas locais? Como são delimitados os territórios protegidos? Sobre o plano normativo: se a participação é divulgada e praticada, ela se dá em referência a modelos exógenos ou remete a formas de organização autônomas? Ou ainda não passa do simples alinhamento de algumas “partes interessadas” a partir de dispositivos de consulta rapidamente desenvolvidos para obter consentimentos? Os mecanismos de ajuda e de financiamento devem também ser interrogados: para quem eles se direcionam e quais são as condições de acesso? Como eles contribuem para reforçar atividades de subsistência ou, ao contrário, desviá-las das populações-alvo? O direito, por sua vez, merece sérias interrogações: como se dá a hibridação ou a confrontação dos direitos formais dos nossos Estados com as normas de justiça que prevalecem até então? Em que medida, por exemplo, as modalidades de registro dos direitos fundiários fortalecem ou enfraquecem os processos de acesso aos recursos? Através dessas perguntas, espera-se explicar a importância de todas essas mediações que se interpõem entre os bens ditos públicos e as configurações rurais.

Concluindo provisoriamente, parece que o devir dos espaços rurais e as conflitualidades que nele se desenvolvem devem ser lidos e interpretados ao mesmo tempo em termos de referencial (de ideologia, se quiserem), mas também devem ser analisados como dispositivos

pragmáticos que resultam de interações múltiplas entre os atores da globalização e as partes interessadas que são ativadas por esses dispositivos. Mais uma vez, como na Europa agrícola, não haverá uma trajetória única, nem uniformização dos espaços rurais. São novas heterogeneidades e novas diversidades que vão se construir.

7.6. Regimes de ruralidades

Do encontro entre dinâmicas liberalizantes e dinâmicas de proteção de bens públicos globais vão resultar diferentes configurações de relações entre os espaços/populações rurais e suas dinâmicas. Chamemos de regimes de ruralidade, pois são feitos de conjuntos mais ou menos bem articulados entre conhecimentos normalizados, normas, fluxos financeiros e modos de organização próprios a cada espaço social. Assim, é possível conceber e observar:

- um regime de exploração sob a forma de agonegócio amplamente integrado ao mercado internacional, com grande financiamento destinado à produção de matérias primas para a indústria (alimentação humana, alimentação animal, energia, matéria para a química verde, etc.). Esse regime, bem conhecido no Brasil, é certamente mais complexo e contraditório do que essa rápida descrição;
- um regime de proteção de biodiversidade com diferentes medidas e modalidades de limitação do desenvolvimento compensada por pagamentos de serviços ambientais diversos. Essas proteções podem ir da exclusão das atividades humanas até a manutenção de populações e atividades ditas tradicionais. Esse regime, aliás, é bastante conciliável com formas de exploração de recursos genéticos por diversas empresas ou com formas de compensações de CO₂;
- enfim, tanto regimes de ruralidade em diversas margens (sociais, espaciais) quanto formas híbridas (para mercados específicos). A esses dois últimos regimes de ruralidade podem se integrar de, algum modo, formas de agricultura periur-

bana, formas de turismo ou de ecoturismo em quadros de desenvolvimento territorial, em que podem subsistir ou mesmo se desenvolver formas de agricultura rurais mais ou menos integradas a mercados ampliados.

Os regimes particulares que articulam formas de exploração de recursos e formas de proteção - como, por exemplo, as “mesas redondas” promovidas pelo WWF (*Round Table for Sustainable Palm Oil na Indonesia*) - são igualmente possíveis e tornam visíveis os compromissos que podem ser estabelecidos entre grandes atores econômicos e grandes atores ecológicos, muitas vezes em detrimento dos atores rurais e de seus direitos de acesso aos recursos (Silva, 2012).

Cada um desses regimes implica recomposições identitárias e formas de comodificação da natureza articuladas em organizações profissionais e/ou territoriais (até mesmo etnocentradas).

Esses diferentes regimes de ruralidade já se fazem presentes e podemos observá-los, sem dúvida alguma, em nossos campos de pesquisa. Deles resultará uma grande diversidade de espaços rurais, diversidade que é consequência tanto das relações com as políticas internacionais e nacionais quanto da diversidade dos espaços e dos recursos disponíveis. Se empregarmos o termo de regime no lugar, por exemplo, de sistema, é para salientar que, em muitos desses casos, lidamos com configurações em devir, pouco estabilizadas, submetidas a pressões em transformação.

7.7. Quais conflitualidades?

As conflitualidades podem ser interpretadas a partir do modo como esses regimes se constroem, se desenvolvem e também entram em concorrência.

Um primeiro tipo de conflitualidade se desenvolve entre os próprios regimes de ruralidades para a apropriação do espaço. Toda a questão do *land grabbing*, da apropriação das terras, acusa simplesmente o domínio crescente desse regime de exploração sobre as sociedades camponesas. É necessário observar que, em numerosas regiões do mundo, esse domínio não é somente o caso de

países emergentes ou de empresas de grande porte, mas também (por exemplo, na África) de elites econômicas locais ou nacionais que se caracterizam por grandes áreas exploráveis com pouca mão de obra e são abertas a mercados internacionais e regionais. Aqui, a conflitualidade potencial é a que tende a opor detentores tradicionais de direitos (frequentemente assegurados juridicamente) a esses atores econômicos poderosos, muitas vezes ligados a forças políticas nacionais.

Um segundo tipo de conflito se situa no interior de regimes de proteção e opõe as partes envolvidas nesses regimes no que diz respeito à questão da repartição de benefícios e de fluxos financeiros mobilizados pelos dispositivos de proteção e, por outro lado, à definição de direitos sobre os territórios, de usos autorizados, de desenvolvimentos possíveis. Aqui, a questão de direitos reais (e não somente formais) sobre territórios, usos autorizados, desenvolvimentos possíveis é um ponto crucial em que é imprescindível distinguir os direitos formais de acesso aos recursos e os direitos reais, aqueles que se tornaram efetivos pelas técnicas, pelas relações de troca e pelas organizações específicas.

O conflito entre regimes se traduz especialmente na questão de direitos:

- fundiários (simples usufruto tradicional condicionado ecologicamente contra o direito do Estado de promover operações de “desenvolvimento”);
- direito de propriedade intelectual, que dá acesso aos recursos genéticos.

Após essas propostas e essas análises, parece-nos possível formular a hipótese de que desigualdades e as exclusões no futuro terão como origem não apenas diferenças socioeconômicas de nível de desenvolvimento, medidas por critérios de produto interno bruto ou mesmo por critérios mais amplos como o nível de educação ou de saúde. De mais em mais, desigualdades e exclusões procederão também das condições nas quais as populações rurais podem se integrar de maneira conflitual e negociada nos processos de gestão desses bens públicos globais. Uma questão que parece central é saber como essas populações poderão conservar uma relativa autonomia no uso dos recursos e dos espaços; como, portanto, culturas específicas da natureza poderão se manter e

evoluir em relação aos seus próprios meios biológicos. No domínio agrícola, por exemplo, em que medida os métodos culturais, as variedades, as raças domésticas ou selvagens e seus ecossistemas poderão não subsistir, mas continuar a evoluir, a coevoluir com as populações rurais? A questão equivale a perguntar se existe um lugar, ou até mesmo interstícios, entre uma natureza (e culturas) congelada na sacralização em nome dos bens públicos globais e uma natureza tratada como simples comodidade para usos industriais.

8. Conclusão

Ao termo desse percurso, quatro conclusões podem ser formuladas. Em primeiro lugar, é necessário considerar algumas rupturas cruciais para o devir das zonas rurais: primeiramente, os moldes nos quais as políticas vão afetar seu devir são os mesmos das políticas internacionais da vida. Esse deslocamento coloca em segundo plano – o que não lhes torna insignificantes nem impotentes – as políticas nacionais. Os Estados, no entanto, devem hoje se situar entre, de um lado, dinâmicas de financeirização da economia agrária e de exploração industrial dos recursos e, de outro lado, os atores globais (ONGs, organizações internacionais) que dispõem de recursos não negligenciáveis em termos de financiamento, de expertise e de concepção de projetos. Portanto, o que está em questão, de mais em mais, não é somente o desenvolvimento, é a expansão política da vida globalizada, as políticas que tendem a se impor às múltiplas formas de coexistência entre populações, suas culturas, seus saberes e seus ambientes. O retorno do biológico ou do ecológico, que frequentemente se manifesta sob a forma de uma crítica ao liberalismo dominante, pode muito bem veicular, também, formas de domínio pela imposição de quadros de pensamento e de ação que são orientados ou desviados por esquemas cognitivos amplamente exógenos. Os compromissos que vemos serem elaborados hoje são consequentemente marcados por uma profunda ambiguidade. Observem que os processos evocados dizem respeito tanto às áreas rurais do Norte quanto as do Sul, em condições certamente diferentes, mas com dinâmicas idênticas.

Em segundo lugar, pode-se perguntar como a referência à ruralidade (que indica tanto um campo de ação quanto um campo legítimo de pesquisa) vai constituir um propulsor de ação coletiva na medida ou na dimensão das forças que agem sobre ela. Temos que fazer uma reflexão nas fronteiras da epistemologia e da política sobre o modo como nossas disciplinas – ciências políticas, sociologia, economia, geografia, etnologia – podem contribuir nesse debate. Parece claro e bastante aceito que uma das condições é certamente que trabalheamos juntos e não de forma isolada: as questões e os processos aos quais nos defrontamos se desenvolvem em escalas múltiplas, mesclam fatos jurídicos, conceitos econômicos, concepções culturais, arranjos políticos a ponto de uma disciplina não poder dar conta deles sozinha. É sem dúvida necessário promover o diálogo para se aproximar de um diagnóstico completo. Insistimos aqui sobre o caráter ambíguo dos processos em questão e sobre a importância de não esconder – por teorizações rápidas demais, generalizações precipitadas – esse caráter ambíguo. Preservar a consciência de essa ambiguidade é também um modo de as ciências sociais permanecerem abertas para o futuro.

Finalmente, insistiremos no que se pode chamar de questão esquecida. A questão esquecida do referencial dominante e dos compromissos que ele elabora com a crítica ecológica é o trabalho e o emprego de bilhões

de rurais, agricultores, camponeses, etc. A questão central é, sem dúvida, o acesso aos recursos e à terra, mas ela não pode ser mais levantada independentemente das lógicas liberais conjugadas com as construções de bens públicos globais. Devemos lembrar continuamente, através da análise dos dispositivos que tendem a se impor a eles, que é também disso que se trata. Em outras palavras, os conflitos recorrentes para o acesso aos recursos serão de mais em mais marcados pelas escolhas políticas e pelos dispositivos implantados para regular esses bens públicos globais. Nesse ponto de vista, há campos de pesquisa bastante inéditos que devem ser desbravados, abordagens que devem ser desenvolvidas (Stassart & Mormont, 2008, Mormont, 2007). A agroecologia, por exemplo, é um grande desafio nesse debate. É, ao mesmo tempo, um campo de pesquisa no qual as ciências sociais podem também desempenhar um papel. Isso pressupõe, sem dúvida, uma nova epistemologia da pesquisa não dissociada da ação, epistemologia para uma pesquisa na ação que não é mais o que se espera na globalização da ciência e em seus métodos de avaliação. Pois a ciência, a pesquisa também se globalizam e são cada vez mais objeto de dispositivos de gestão, de avaliação, de programação que tornam de mais em mais difícil o papel de reflexão e acompanhamento que as ciências sociais podem desempenhar na pesquisa de novas vias.

Referências

Allaire, G.; Boyer, R. (Eds.). *La grande transformation de l'agriculture. Lectures conventionnalistes et régulationnistes*. Paris: INRA/Economica, 1995.

Bell, M. M.; Lloyd, S.; Vátovec, C. Activating the Countryside: Rural Power, the Power of the Rural, and the Making of Rural Politics. *Sociologia Ruralis*, 50(3), 205-224, 2010.

Jollivet, M. Comment se fait la sociologie: a propos d'une controverse en sociologie rurale. *Sociétés contemporaines*, 49-50 (1), 43-60, 2003. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-societes-contemporaines-2003-1-page-43.htm>

Mathieu, N.; Jollivet, M. (Eds.). *Du rural à l'environnement. La question de la nature aujourd'hui*. Paris: l'Harmattan, 1989.

Mendras, H. *Sociétés paysannes: éléments pour une théorie de la paysannerie*. Paris: Armand Colin, 1976.

Mormont, M. Rural Struggles and their Ideological Effects. *International Journal of Regional and Urban Research* (London), 7(4), 559-575, 1983.

Mormont, M. La naturalisation de l'espace rural: des réserves aux parcs naturels en Wallonie. *Revue Belge de Géographie*, 111(1-2), 7-14, 1987.

Mormont, M. Who is rural or how to be rural? Towards a sociology of the Rural. In: Marsden, T. P.; Lowe, P.; Whatmore, S. (Eds.). *Rural Restructuring - Global processes and their responses*. London: Avebury, 1990 p. 21-44. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2268/66448>.

-
- Mormont, M. Le rural comme catégorie de lecture du social. In: Jollivet, M.; Eizner, N. *L'Europe et ses campagnes*. Paris: Presses de Sciences Po, 1996a, p. 161-186.
- Mormont, M. Agriculture et environnement: pour une sociologie des dispositifs. *Economie Rurale*, 236, 28-36, 1996b. Disponible em: <http://hdl.handle.net/2268/66441>
- Mormont, M.; Bertrand, A. Oppositions locales et dynamiques d'environnementalisation. *Espaces et Sociétés*, 101-102, 93-112, 2000. Disponible em : <http://hdl.handle.net/2268/779>
- Mormont, M. Des savoirs actionnables. In: I., Amoukou, I.; Wautelet, J. M. (Eds.). *Croisement des savoirs villageois et universitaires*. Louvain la Neuve: Presses Universitaires de Louvain, 2007, p. 169-186. Disponible em: <http://hdl.handle.net/2268/22372>.
- Mormont, M. Globalisations et écologisations des campagnes. *Etudes Rurales*, 183, 143-159, 2009. Disponible em: <http://hdl.handle.net/2268/24880>
- Muller, P. L'analyse cognitive des politiques publiques, vers une sociologie politique de l'action publique. *Revue Française de Science Politique*, 50(2), 189-208, 2000a.
- Muller, P. La politique agricole française: l'État et les organisations professionnelles. *Economie Rurale*, 255-256, 33-39, 2000b.
- Muller, P. Peut-on (encore) penser le global à partir du rural? Réflexions d'un politiste. *Économie rurale*, 300, 105-109, 2007.
- Rambaud, P. Société rurale et urbanisation. Paris: Le Seuil, 1974.
- Servolin, C. L'agriculture moderne. Paris: Le Seuil, 1989.
- Silva, L. A forest of evidence: third-party certification and multiple forms of proof—a case study on oil palm plantations in Indonesia. *Agriculture and Human Values*, 29, 361-371, 2012.
- Stassart, P.; Mormont, M.; Recherche-intervention en développement durable. In Pichault, F.; Lisein, O.; Rondeaux, G.; Xhaufclair, V. (Eds.). *La recherche-intervention peut-elle être socialement responsable?* Paris, Vuibert, 2008, p. 103-120. Disponible em <http://hdl.handle.net/2268/25837>